

Inclusão de Pessoas com Deficiência Intelectual na Educação Profissional e Tecnológica: Uma análise do currículo do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho da Associação Pestalozzi de Campo Grande – MS

Thaís de Paula Oliveira, Carlos Vinicius Figueiredo

thaisa.oliveira@estudante.ifms.edu.br, carlos.figueiredo@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. A inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho é um dos grandes desafios das políticas públicas e das instituições educacionais no Brasil, especialmente em um cenário que busca a promoção da equidade e da diversidade. Assegurada pela Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), suas ações e normativas são fundamentais para a elaboração de currículos que sejam acessíveis e inclusivos. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o currículo do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho da Associação Pestalozzi de Campo Grande - MS (PFT). Objetiva-se também, refletir sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho, em consonância com a implementação dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, como formação integral, trabalho como princípio educativo e promoção da cidadania, em diálogo com os pressupostos teóricos de Saviani (2007, 2022), Vigotski (1991) e Mantoan (2015). A partir da aplicação de questionários, análise dos documentos institucionais e indicadores de acesso ao mundo do trabalho, a pesquisa discute a importância do currículo como instrumento de formação integral, desenvolvimento da autonomia e cidadania das pessoas com deficiência. Como resultado, será desenvolvido um guia orientativo que reunirá normas e práticas bem-sucedidas relacionadas à construção de um currículo inclusivo. Além disso, a pesquisa contribuirá para a elaboração de uma documentação que servirá como referência para instituições do terceiro setor que atendem ao público da educação especial, apoiando-as na implementação de políticas públicas inclusivas em diálogo com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-Chave. Educação profissional; deficiência intelectual; inclusão

Abstract. *The inclusion of people with disabilities in the world of work is one of the major challenges faced by public policies and educational institutions in Brazil, especially in a context that seeks to promote equity and diversity. Guaranteed by Law No. 13.146/2015, the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (LBI), its measures and regulations are essential for the development of curricula that are both accessible and inclusive. In this regard, the main objective of this research is to analyze the curriculum of the Professional Education, Inclusion and Work Training Program (PFT) of the Pestalozzi Association of Campo Grande – MS. It also aims to reflect on the inclusion process of people with intellectual disabilities in the labor market, in alignment with the principles of Professional and Technological Education, such as comprehensive training, work as an educational principle, and the promotion of citizenship, based on the theoretical foundations of Saviani (2007, 2022), Vigotski (1991), and Mantoan (2015). Through the application of questionnaires, analysis of institutional documents, and indicators of access to the labor market, the study discusses the role of curriculum as a tool for comprehensive education, autonomy development, and citizenship for people with disabilities. As a result, a guiding handbook will be developed, compiling regulations and successful practices related to the construction of inclusive curricula. Additionally, the research will contribute to the preparation of reference materials for third-sector institutions that serve special education audiences, supporting them in implementing inclusive public policies aligned with the principles of Professional and Technological Education.*

Keywords. *maximum three keywords, separated by commas*

1. Introdução

A garantia do direito à educação para todos, sem qualquer tipo de discriminação, tem sido um dos principais desafios das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse desafio assume contornos ainda mais complexos, à medida que envolve não apenas o acesso à escolarização, mas também a formação para o trabalho, a autonomia e a cidadania de sujeitos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência intelectual. A inclusão plena desses sujeitos demanda a superação de paradigmas assistencialistas e adaptativos, em favor de uma concepção de educação emancipatória, ancorada no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro – por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) – assegure o direito à educação profissional inclusiva, a efetivação desse direito ainda encontra entraves nas práticas pedagógicas, na estrutura dos currículos e na articulação entre escola e mundo do trabalho. Nesse contexto, a atuação de organizações do terceiro setor tem se mostrado essencial,

suprindo lacunas do Estado e oferecendo alternativas formativas a grupos vulnerabilizados.

É nesse cenário que se insere a Associação Pestalozzi de Campo Grande – MS, instituição beneficente sem fins lucrativos que, desde 2002, desenvolve um Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho voltado ao atendimento de jovens e adultos com deficiência intelectual, em sua maioria estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A proposta pedagógica do programa articula oficinas práticas, conteúdos básicos de formação geral e atividades de sensibilização social, com o objetivo de promover a autonomia dos participantes e sua inserção cidadã no mundo do trabalho.

Como docente de Artes Visuais atuante na instituição e pesquisadora vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vivencio cotidianamente os desafios e as potências do processo de construção de um currículo inclusivo na EPT. A diversidade dos sujeitos atendidos, o contexto de vulnerabilidade social e a presença de barreiras atitudinais e estruturais tornam ainda mais urgente a reflexão sobre os modelos de formação adotados e suas implicações para o direito à educação com qualidade.

Este artigo apresenta os fundamentos e desdobramentos iniciais de uma pesquisa em andamento, vinculada à linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”. A investigação tem como foco a análise curricular do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho da Associação Pestalozzi de Campo Grande – MS, com ênfase na construção de um currículo inclusivo voltado à formação integral de pessoas com deficiência intelectual.

O estudo parte da hipótese de que a atuação de organizações do terceiro setor, quando orientada por princípios de justiça social e formação integral, pode oferecer importantes contribuições para a consolidação de currículos inclusivos na EPT. Diante disso, as experiências desenvolvidas pela Pestalozzi, busca-se identificar elementos que possam inspirar outras instituições na construção de espaços pedagógicos mais acessíveis, significativos e emancipatórios.

O objetivo geral da pesquisa é elaborar um guia de referência para instituições que atuam com a formação profissional de pessoas com deficiência intelectual, reunindo orientações pedagógicas, fundamentos legais e boas práticas identificadas no programa da Pestalozzi. Os objetivos específicos incluem: i) mapear a legislação vigente sobre educação

profissional inclusiva; ii) analisar a proposta pedagógica do programa em questão; iii) identificar práticas eficazes de inclusão no currículo e no processo de formação para o trabalho.

2. Metodologia:

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, com o objetivo de compreender e analisar o currículo do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho da Associação Pestalozzi de Campo Grande – MS (PFT), em sua dimensão pedagógica, institucional e social. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na complexidade do fenômeno investigado, que exige uma análise situada e interpretativa dos contextos, sentidos e práticas envolvidos na construção de um currículo inclusivo voltado a pessoas com deficiência intelectual.

A investigação está vinculada à linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e parte da compreensão de que o currículo é expressão de relações de poder, de valores culturais e de concepções formativas historicamente construídas (PINAR, 2004; LIBÂNEO, 2004). Assim, analisa-se o currículo não apenas como documento normativo, mas como prática viva e situada, permeada por intencionalidades e disputas. Os procedimentos metodológicos incluem:

- Levantamento e análise documental, com foco nas versões atualizadas da Proposta Político-Pedagógica do Programa (2012, 2014, 2016 e 2023), projetos complementares (como “Trabalho e Dignidade Humana”), planos de curso, registros institucionais de acompanhamento dos estudantes e relatórios de autoavaliação.
- Leitura crítica da legislação vigente, incluindo a Constituição Federal (1988), a LBI (Lei nº 13.146/2015), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6/2012) e as Diretrizes da Rede Pestalozzi.
- Aplicação de questionários aberto e estruturado com profissionais da equipe pedagógica do PFT, com o objetivo de identificar concepções sobre currículo inclusivo, desafios enfrentados e estratégias adotadas no processo

formativo dos estudantes com deficiência intelectual

- Análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), aplicada aos documentos institucionais e às respostas dos questionários, buscando categorias que emergem dos dados empíricos e que dialoguem com os fundamentos teóricos da pesquisa.

Este conjunto de estratégias visa à construção de uma análise crítica e fundamentada, capaz de revelar os sentidos atribuídos ao currículo no contexto da Pestalozzi e suas possíveis contribuições para a efetivação da inclusão na EPT.

A análise dos dados será orientada por categorias analíticas previamente definidas a partir da revisão bibliográfica e da leitura dos documentos institucionais do programa em estudo. As quatro categorias que balizarão a interpretação dos questionários são: (i) concepção de currículo inclusivo na EPT; (ii) articulação entre teoria, prática e trabalho; (iii) estratégias de acessibilidade e mediação pedagógica; e (iv) impacto das práticas formativas na autonomia e na cidadania dos participantes. Tais categorias refletem os eixos centrais do problema de pesquisa e serão utilizadas como lentes interpretativas na análise qualitativa das respostas.

3. Análise Documental e Perspectivas da Pesquisa em Construção

Em razão de o trabalho estar em desenvolvimento, com previsão de aplicação de questionário aos profissionais da instituição para os próximos meses, esta seção apresenta uma análise crítica da proposta político-pedagógica do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho (PFT) da Associação Pestalozzi de Campo Grande – MS, com base em documentos institucionais e diretrizes curriculares analisadas até o momento. Paralelamente, delineiam-se as perspectivas teórico-metodológicas que orientarão os próximos passos da investigação.

A leitura comparada das versões do PPP-PFT (2012, 2014, 2016 e 2023) permite identificar um movimento de qualificação do currículo em direção a práticas mais inclusivas. A partir de 2016, observa-se maior alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase na avaliação diagnóstica, na flexibilização dos percursos formativos e na valorização de competências socioemocionais. Na versão de 2023, destacam-se avanços importantes, como a ampliação do público-alvo para pessoas

com múltiplas deficiências, a introdução de softwares de comunicação alternativa e o reforço das estratégias de mediação pedagógica.

Esse percurso evidencia um esforço institucional em materializar, por meio do currículo, os princípios da inclusão, da formação integral e do trabalho como princípio educativo. A atuação interdisciplinar da equipe, aliada à estrutura de apoio pedagógico e tecnológico, contribui para uma ambiência formativa mais sensível às singularidades dos estudantes com deficiência intelectual. No entanto, lacunas persistem quanto à sistematização dos processos de estágio, ao acompanhamento de egressos e à formalização de indicadores de inserção no mundo do trabalho — aspectos que serão investigados com maior profundidade na etapa empírica da pesquisa.

Com base na análise documental e na experiência da pesquisadora como docente na instituição, delinearam-se quatro categorias analíticas que nortearão a próxima fase do estudo: (i) concepção de currículo inclusivo na EPT; (ii) articulação entre teoria, prática e trabalho; (iii) estratégias de acessibilidade e mediação pedagógica; e (iv) impacto das práticas formativas na autonomia e na cidadania dos participantes. Essas categorias serão aprofundadas a partir das respostas aos questionários aplicados junto à equipe pedagógica e técnica da Pestalozzi, com o objetivo de compreender os sentidos e significados atribuídos ao processo de inclusão educacional e profissional.

A análise em curso reforça a hipótese de que instituições do terceiro setor, como a Pestalozzi, podem oferecer contribuições relevantes à consolidação de currículos inclusivos na EPT, sobretudo, quando suas ações se pautam por compromissos ético-políticos com a justiça social e com os direitos das pessoas com deficiência. A sistematização dessas experiências poderá subsidiar a elaboração de um guia orientativo, a ser construído como produto técnico da pesquisa, voltado a outras instituições que atuam na formação profissional inclusiva.

4. Conclusão e Contribuições Esperadas

A construção de currículos inclusivos na Educação Profissional e Tecnológica permanece um ponto crucial para a efetivação do direito ao trabalho das pessoas com deficiência intelectual. O mapeamento legislativo, a análise preliminar do Programa de Educação Profissional, Inclusão e Formação para o Trabalho da Associação Pestalozzi

de Campo Grande – MS e o delineamento metodológico aqui apresentados evidenciam três achados centrais:

1. Convergência normativa–pedagógica – O arcabouço legal brasileiro (CF / 1988; PNE / 2014; LBI / 2015) fornece base sólida para a defesa de currículos omnilaterais; contudo, ainda há lacunas na tradução desses princípios em diretrizes operacionais para a EPT.
2. Potencial das organizações do terceiro setor – Programas como o da Pestalozzi mostram-se relevantes porque articulam formação geral, oficinas práticas e mediação comunitária, mas carecem de indicadores claros de acompanhamento longitudinal dos egressos.
3. Centralidade da mediação pedagógica – A superação do paradigma adaptativo depende da articulação entre trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e acessibilidade curricular, pontos que orientarão a coleta e a futura análise de dados.

Com base nesses achados, espera-se que o guia orientativo a ser desenvolvido (produto educacional do ProfEPT) contribua:

- Para instituições do terceiro setor, oferecendo roteiros de diagnóstico curricular, check-lists de acessibilidade e exemplos de boas práticas de mediação pedagógica.
- Para gestores públicos, ao reunir diretrizes legais e evidências empíricas que suportem a formulação de políticas de EPT inclusiva.
- Para pesquisadores(as) e docentes da área, ao disponibilizar um referencial analítico que relacione trabalho, autonomia e cidadania no campo da deficiência intelectual.

De todo o exposto, o estudo aponta que a efetivação de uma educação profissional “para todos, sem distinção” exige não apenas o cumprimento da legislação, mas a reconfiguração dos espaços pedagógicos como territórios de emancipação, onde teoria e prática convergem para a construção de novos projetos de vida e de trabalho para pessoas com deficiência intelectual.

5. Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CARVALHO, E. Q.; CAVALCANTI, C. O. **Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo**. Revista Educação e Fronteiras On-line, v. 10, n. 30, p. 12–20, 2020.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.
- PINAR, W. F. **Currículo: teoria, política, prática**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 22. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2022.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.